

Legítima Defesa

O presidente Fernando Henrique quebrou ontem a afonia dos últimos dias mas não rompeu a falta de ação. Investiu contra os boateiros e condenou as especulações alarmistas, na tentativa de inverter as condições desfavoráveis em que ficou desde a entrega do real às oscilações do câmbio. Foi então que a opinião pública perdeu a confiança no governo.

Depois de ostentar por cinco anos a posição do real, o governo voltou atrás sem se explicar, desvalorizou a moeda que detinha a sua credibilidade e aviltou a palavra oficial empenhada. Era inevitável que os cidadãos se sentissem vítimas de calote pela desvalorização fulminante da moeda mantida enganosamente num valor fictício e abandonada de surpresa à própria sorte. O presidente da República perdeu credibilidade no momento em que mais precisou que os brasileiros confiassem na sua palavra.

O presidente veio a público ontem em São Paulo, numa entrevista improvisada em que, mais uma vez, confiou na sua fluência verbal que é insuficiente para dissipar as dúvidas que se multiplicam diante da percepção de que o governo demorou a reagir e tarda em agir. As palavras não bastam para devolver a confiança quebrada no episódio da decisão de liberar o real, acelerando o desencontro entre governo e opinião pública.

A negação do propósito de confisco de depósitos bancários, com decretação de feriado, terá a duração efêmera dos bons propósitos que não se traduzem em atos de governo. É elevado o grau de inconfiabilidade política agregado às palavras e ações oficiais. Desautorizou o presidente as versões de moratória da dívida interna e controle de preços. Querer que o cidadão apanhado pela surpresa cambial abdique da dúvida em legítima defesa e acredite na palavra presidencial, como se nada tivesse acontecido, é ingenuidade. A sociedade quer atos por trás dos quais possa sentir decisão política, e não hesitação camuflada de firmeza. Os atos continuam latentes nas palavras mas não se traduzem em iniciativas. Portanto, são entendidos como política no mau sentido, ou seja, de fuga à responsabilidade.

O presidente Fernando Henrique anuncia enfim que vai receber governadores em divergência com a linha federal, mas faz saber ao mesmo tempo, por intermédio do seu porta-voz, que não aceita tratar de rolagem de dívidas. Diz não por outras palavras. É assim que a opinião pública entende a audiência calçada na ressalva. Ora,

quem se dispõe a conversar com outros governantes, igualmente eleitos na mesma data, deve fazer gesto de anfitrião, sem condicionar encontro do qual o próprio governo federal depende para reconquistar parcela de credibilidade perdida.

Não é momento de reutilizar palavras que se desgastaram e perderam conteúdo político, como a ênfase no corte de despesas ou na severidade de gastos. O governo negligenciou o figurino de austeridade com que se apresentou e, no jogo eleitoral, prevaleceu a pior tradição política brasileira. A distância entre a palavra e o ato político corrompeu a credibilidade que veio abaixo na desvalorização do real.

A credibilidade política precisa de tempo para oferecer resultados. Mas se esboroa da noite para o dia, como se comprovou. O real foi o lastro de confiança do governo Fernando Henrique, que esqueceu tudo que disse – e se desdisse – a um custo político insustentável com retórica. É visível pela temática preocupante dos cidadãos que a redução das dificuldades que sufocam o governo só pode se processar por via política. Todo governo é, antes de tudo, decisão política.

O governo Fernando Henrique se debate na crise como peixe fora d'água porque lhe falta naturalidade política. A estrutura em que se movimenta é precária, distante da realidade: nem os ecos da sociedade chegam ao seu conhecimento, nem passa aos cidadãos a confiança de que vai transitar da palavra à ação que o espera em vão.

Pode um governo que completa um mês de existência sob o impacto de crise de confiança, clara e insofismável, pretender sustentar ministério que perdeu o sentido de sua própria negociação? Foi concebido e negociado quando a crise era insuspeitada e nada tem a oferecer – como não ofereceu em dez dias – solução, esperança ou simples satisfação à sociedade.

Um novo ministério pode ser programa de entendimento político, em termos desinteressados, tendo em conta apenas o Brasil. Ministério para fora e Casa Civil para dentro são necessidades a preencher com maior urgência. Tudo era para ontem. O sinal de que o governo como um todo e o presidente em especial não têm noção de prazo (que também é marca política) foi a data anunciada para receber os governadores em divergência com o governo federal: 9 de fevereiro, quando o governo de Momo já estará saindo à rua. O Brasil não agüenta esperar quem não tem pressa. O sentimento geral pede urgência.